

Narrativas oficiais em Moçambique: entre manuais escolares e trajetórias desafiadoras

Official narratives in Mozambique: between school textbooks and challenging trajectories

Silas Fiorotti

Centro Universitário FMU e Áfricas: Grupo de Pesquisa, São Paulo, SP, Brasil

silas.fiorotti@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4691-0010>

Resumo: O artigo analisa as narrativas oficiais do governo moçambicano presentes em manuais escolares e busca refletir sobre o papel de algumas trajetórias de indivíduos que desafiam estas narrativas. Por um lado, são apresentados trechos dos manuais escolares como exemplos dos esforços do governo moçambicano da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) no sentido de controlar o passado e controlar as memórias. Por outro lado, são apresentados alguns aspectos das trajetórias de pessoas consideradas demasiadamente críticas ou traidoras do projeto do governo da Frelimo e da unidade nacional moçambicana. A hipótese defendida é a de que essas trajetórias desafiam a lógica binária das narrativas oficiais que, por sua vez, apresentam as histórias políticas recentes divididas entre revolucionários e reacionários, modernistas e tradicionalistas, amigos e inimigos, vítimas e algozes.

Palavras-chave: Moçambique; narrativas oficiais; Frelimo; história política.

Abstract: The paper analyzes the official narratives of the Mozambican government present in school textbooks and seeks to reflect on the role of some

individual trajectories that challenge official narratives. On the one hand, excerpts from school textbooks are presented as examples of the efforts of the Liberation Front of Mozambique (Frelimo) government to control the past and control memories. On the other hand, some aspects of the trajectories of people considered critical or traitors of the Frelimo government project and the Mozambican national unity are presented. The hypothesis defended is that the trajectories challenge the binary logic of official narratives which, in turn, present recent political histories divided between revolutionaries and reactionaries, modernists and traditionalists, friends and enemies, victims and executioners.

Keywords: Mozambique; official narratives; Frelimo; political history.

Vivemos apenas a existência que os líderes ocidentais e os ditadores africanos nos concedem. Não podemos contar nossas histórias em toda a sua complexidade.
(Manthia Diawara)

Palavras iniciais: considerações sobre as narrativas oficiais

Constantes esforços dos governos africanos foram e continuam sendo feitos na tentativa de controlar o passado, controlar as memórias e produzir narrativas oficiais. Por um lado, busca-se ocultar ou minimizar o significado de uma série de acontecimentos e mudanças; e, por outro lado, busca-se atribuir grandiosidade a diversos feitos dos governos e dos partidos do poder que aparentemente são banais. Não cabe dizer simplesmente que as narrativas oficiais são mentirosas, mas sim que elas não dão conta de toda complexidade histórica e que invariavelmente buscam legitimar as ações dos governos e dos partidos do poder.

A atenção aqui volta-se especificamente ao contexto moçambicano.¹ As tentativas de controlar as memórias históricas e criar narrativas oficiais em Moçambique são problematizadas na literatura especializada (BORGES COELHO, 2019; DINERMAN, 2006; SCHAFER, 2007). É importante dialogar principalmente com as referências que criticam as narrativas oficiais da Frelimo (a Frente de Libertação de Moçambique).

A Frelimo foi um movimento que participou da luta de libertação de Moçambique e tornou-se um partido político que governa o país desde a sua independência em 1975. Primeiramente adotou uma orientação socialista com regime de partido único. A partir da década de 1980, passou a adotar as medidas neoliberais impostas por instituições financeiras internacionais e, após conflitos armados e longa negociação, reconheceu a Renamo (a Resistência Nacional Moçambicana) como um legítimo movimento de oposição que contava com ampla base de apoio entre as populações camponesas (ALDEN, 2001).

Onde encontramos as narrativas oficiais da Frelimo? Pode-se encontrar as narrativas oficiais nos meios de comunicação controlados pelo governo da Frelimo, principalmente nas celebrações das datas históricas, nos textos e livros dos intelectuais ligados à Frelimo, nos discursos oficiais dos governantes em cerimônias cívicas e inaugurações de monumentos, nos documentos oficiais da Frelimo, etc. Optou-se aqui por analisar as narrativas oficiais presentes num livro didático adotado pelo governo moçambicano (FEIJÓ, 2010; RECAMA, 2006).²

¹ Sobre a história recente de Moçambique, ver: Alden (2001), Bertelsen (2016), Cabrita (2000), Capela (2010), Chan e Venâncio (1998), Darch (2018), Dinerman (2006), Geffray (1991), Hedges (1999), Isaacman e Isaacman (1983), Lubkemann (2008), Newitt (1997), Pitcher (2002), Schafer (2007), Weimer (2020), e West (2009).

² Foram consultados alguns livros didáticos de História e Ciências Sociais adotados pelo governo moçambicano, ver: Gulele *et al.* (2004), Impuia (2006), Ismael e Bicá (2004), e Recama (2006).

Pode-se mencionar os estudos que analisam os processos e os atores que intervêm na constituição e na formalização das memórias. Estes estudos indicam a importância do sistema escolar na propagação das narrativas oficiais (BOURDIEU, 2011; HAMPÂTÉ BÂ, 2021), e indicam que, apesar de todos os silenciamentos impostos pelas vozes e pelas narrativas oficiais, as lembranças traumatizantes podem ser duradouras e podem permanecer vivas durante algumas décadas (POLLAK, 1989).

Como podemos questionar as narrativas oficiais? Para questionar as narrativas oficiais, pode-se contar com o auxílio da literatura especializada e de algumas categorias analíticas, principalmente as pesquisas que exploram as potencialidades analíticas dos documentos oficiais (FERREIRA & LOWENKRON, 2020; TROUILLOT, 2016). Por exemplo, é muito útil a noção de *esquecimento organizado* (PITCHER, 2006) para analisar criticamente as narrativas oficiais, para identificar as tentativas da Frelimo no sentido de diminuir a relevância da orientação socialista, que foi abandonada pelo partido, e de líderes como Samora Machel (1933-1986). Neste sentido, é possível identificar contradições nas narrativas oficiais da Frelimo, contradições de se compatibilizar inclinações socialistas com medidas neoliberais.

Outra forma de questionar as narrativas oficiais é dando ênfase às trajetórias de indivíduos e grupos moçambicanos que não têm ligação com a Frelimo, que são seus críticos, opositores ou dissidentes. A abordagem das trajetórias e biografias é muito importante para a compreensão de diversos aspectos da história recente de Moçambique e para a compreensão da complexidade do cenário político moçambicano. As trajetórias de pessoas consideradas demasiadamente críticas, opositoras ou “traidoras” do projeto da Frelimo e da unidade nacional desafiam a lógica binária das narrativas oficiais que apresentam a história política moçambicana dividida entre revolucionários e reacionários, modernistas e tradicionalistas, amigos e inimigos, vítimas e algozes (BORGES COELHO, 2019; FIOROTTI,

2022; NCOMO, 2003; PEIXOTO & MENESES, 2013). Optou-se aqui por analisar alguns aspectos das trajetórias de moçambicanos considerados críticos à Frelimo.

É importante destacar que as críticas às narrativas oficiais são possibilitadas por conta da conjuntura histórica específica. Michel-Rolph Trouillot (2016) e outros pesquisadores mostraram que a credibilidade de determinada narrativa não está relacionada somente com sua correspondência aos fatos, mas também com alguma *autoridade moral*. Assim sendo, pode-se especular que há uma considerável perda de credibilidade das narrativas oficiais por conta do desgaste dos líderes da Frelimo e seus envolvimento em escândalos de corrupção nos últimos anos. Diante disso, os moçambicanos considerados “traidores” ou demasiadamente críticos pela Frelimo, assim como suas perspectivas e seus contrapontos, passaram a ser lembrados e valorizados, e ganharam alguma credibilidade.

Primeiramente serão abordadas as narrativas oficiais da Frelimo presentes num livro didático.

Narrativas oficiais: manuais escolares para controlar o passado

A intenção neste tópico é analisar algumas narrativas oficiais da Frelimo presentes no livro *História de Moçambique, de África e Universal: 10^a à 12^a classes* do professor Dionísio Calisto Recama (2006). Trata-se de um livro didático de História adotado pelo governo moçambicano às classes do segundo ciclo do ensino secundário (ou ensino médio), um manual de preparação para o ensino superior.³

³ “Esta obra foi concebida para os alunos de História da 10^a à 12^a classes, assumindo particular importância para os estudantes que se preparam para realizar o exame de História

A opção pelo livro didático específico se deu por conta dele apresentar interpretações unívocas a respeito de diversos fatos controversos da história recente de Moçambique. Mesmo tendo mencionado diversas fontes bibliográficas na lista de referências, o autor aparentemente optou por reproduzir as narrativas oficiais da Frelimo sem nenhum tipo de ressalva ou problematização.

Alguns trechos do livro foram selecionados para evidenciar as interpretações unívocas adotadas pelo autor. Entre os trechos selecionados estão: (i) o relato de Gungunhana como herói nacional e símbolo da resistência à dominação colonial; (ii) o relato sobre a formação da Frelimo e a luta de libertação; (iii) a ideia de que o projeto nacionalista da Frelimo foi frustrado exclusivamente pela desestabilização externa; (iv) a ideia de que a Renamo desempenhou um papel preponderante para o fracasso do projeto de desenvolvimento do país; (v) a ideia de que o fracasso do Acordo de Incomáti (ou Nkomati) foi fruto da continuidade do apoio da África do Sul à Renamo; e (vi) a ideia de que a promulgação da Constituição de 1990 levou ao reconhecimento da legitimidade da Renamo e à assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP).

Com relação ao relato sobre Gungunhana (c.1850-1906), o livro didático apresenta este último soberano angune do Reino de Gaza (ou Império Vátua) como um herói nacional e um símbolo da resistência moçambicana à dominação colonial. O relato menciona que Gungunhana sofria pressões e ataques de colonizadores britânicos e portugueses, e menciona o Combate de Marracuene (ou Gwaza Muthini), no sul de Moçambique, que ocorreu em 1895:

de admissão ao ensino superior. Este livro pretende fazer um resumo de textos e estudos diversos feitos nesta área, que abrangem os temas já estudados pelos alunos, contribuindo para os clarificar e sistematizar” (RECAMA, 2006, p. 3).

[...] Ngungunhana viria a mudar a capital do império [Império de Gaza] de Mossurize [na atual província de Manica, centro de Moçambique] para Mandlhakazi (Manjacaze) [na atual província de Gaza, sul de Moçambique], em 1889, para evitar possíveis pressões e ataques dos Ingleses e Portugueses que cobiçavam o ouro e o marfim de Manica.

O Império de Gaza conhecerá o princípio do seu fim após a vitória de Marracuene sobre os Portugueses [em 1895]. Em razão disto, António Enes preparou o seu plano de contra-ataque a Gaza, quer no campo diplomático, quer no militar. [...]

Assim, ao nível militar Enes realizou o seu ataque tão violento que desorganizou Gaza, levando Ngungunhana a refugiar-se em Chaimite, onde seria preso por Mouzinho de Albuquerque (então governador do Distrito Militar de Gaza) e deportado para Lisboa e posteriormente para os Açores, onde viria a morrer em 1906. (RECAMA, 2006, p. 24)

No entanto, não deixa de ser controversa a construção da imagem de Gungunhana como um herói nacional por parte da Frelimo. Se Gungunhana, por um lado, foi um aliado das populações tsongas do sul de Moçambique; por outro lado, ele e os chefes angunes exploraram e subjugarão outras populações do sul e do centro do território moçambicano, incluindo contingentes das populações xopis, xonas, xéuas e senas. Além disso, Gungunhana e os chefes angunes foram e são considerados, por estas populações, vassalos e colaboradores dos portugueses e também causadores de diversos infortúnios (NEWITT, 1997; SANTOS, 2010). Há pesquisadores que entendem a mudança da capital do Império de Gaza como uma forma de Gungunhana se distanciar dos colonizadores britânicos da Rodésia do Sul e de se aproximar dos portugueses presentes no sul de Moçambique, estes últimos supostamente entendidos como menos

ameaçadores aos interesses do soberano angune e possíveis aliados (DARCH, 2019). Neste sentido, Luís Polanah afirmou que Gungunhana pretendia criar “um império pessoal, em que a estrutura do poder seria constituída toda ela pelos elementos da sua etnia, sujeitando ou escravizando todas as etnias inimigas ou de estrutura social diferente” (citado por FEIJÓ, 2010, p. 107). Nas palavras de Raúl Bernardo Honwana: “quando Gungunhana foi finalmente levado pelas tropas de Mouzinho de Albuquerque, a multidão gritava [...] ‘Fora daqui, abutre, assassino das nossas galinhas’” (citado por NEWITT, 1997, p. 337). Por que a Frelimo transformou uma figura controversa em herói nacional? Será que isto deve-se às relações próximas entre Gungunhana e os antepassados dos líderes da Frelimo provenientes do sul de Moçambique? Por exemplo, Eduardo Mondlane (1920-1969), primeiro presidente da Frelimo, nasceu em Manjacaze, considerada a “terra dos heróis moçambicanos”; e é fato conhecido que Samora Machel (1933-1986), líder da Frelimo e primeiro presidente de Moçambique, tinha um avô chamado Malengane que, por sua vez, foi um guerreiro ronga que lutou junto com o exército de Gungunhana (DARCH, 2019; ISAACMAN & ISAACMAN, 2020).

Com relação ao relato sobre a formação da Frelimo e a luta de libertação, o livro didático apresenta a luta de libertação em Moçambique reduzida aos três movimentos que formaram a Frelimo (Manu, Unami, e Udenamo):

A fusão dos movimentos para a formação de uma única frente para a libertação de Moçambique constituía, assim, a única saída necessária, independentemente de quem fosse o líder. Este facto consumou-se a 25 de Junho de 1962, tendo Eduardo Mondlane sido eleito presidente da Frente. Assim a unificação dos movimentos independentistas então existentes, especialmente MANU [Mozambique African National Union], UNAMI [União Nacional para Moçambique Independente] e UDENAMO [União Democrática

Nacional de Moçambique], resultou na formação da FRELIMO [Frente de Libertação de Moçambique]. (RECAMA, 2006, p. 45)

[...] 16 de Junho de 1960, por exemplo, verificou-se o massacre de Mueda, com o qual o povo moçambicano confirmava a impossibilidade da obtenção da independência por meios pacíficos sendo a luta armada a única via para o alcance da independência para Moçambique.

[...] E foi com este movimento (FRELIMO) que em 25 de Setembro de 1964 se iniciou a luta armada de libertação de Moçambique e outros tipos de manifestações contra a dominação colonial portuguesa. (RECAMA, 2006, p. 46)

[...] levam a que, em 1974, tivessem lugar as primeiras negociações entre Portugal e a FRELIMO, e à assinatura do Acordo de Lusaka a 7 de Setembro e, em 28 de Setembro, à assinatura do acordo que concedia a independência a Moçambique. Contudo, o presidente Samora Machel só viria a proclamar a independência de Moçambique a 25 de Junho de 1975. (RECAMA, 2006, p. 47)

Mesmo sem afirmar categoricamente que a luta de libertação esteve totalmente unificada sob a Frelimo, o relato do livro didático simplesmente ignora que outros movimentos podem ter agido independentemente da Frelimo. Há uma clara intenção de reforçar a ideia da centralidade e do protagonismo da Frelimo e seus líderes na luta de libertação de Moçambique em detrimento de quaisquer outras ações e outros grupos supostamente menores. Atribui-se uma grande importância a determinadas datas como 16 de junho, 25 de junho, 7 de setembro, e 25 de setembro, e a determinados líderes da Frelimo como Eduardo Mondlane (1920-1969) e Samora Moisés

Machel (1933-1986).⁴ No entanto, há pesquisadores que defendem a ideia de que algumas datas teriam sido simplesmente criadas pela Frelimo sem nenhuma correspondência direta com os fatos. Por exemplo, há quem defenda que houve ações de luta armada em Moçambique, antes de setembro de 1964 (CAHEN, 1999; CORREIA, 2019).⁵

Com relação à ideia de que o projeto nacionalista da Frelimo foi frustrado exclusivamente pela desestabilização externa, o livro didático apresenta o seguinte relato:

Logo após a independência, verificou-se em Moçambique que o grupo dirigente da FRELIMO tinha enveredado pela via de construção de um partido-Estado, cuja primeira função seria a de criar a nação moçambicana, promovendo ao mesmo tempo o desenvolvimento económico do país e a 'construção do

⁴ Entre os feriados nacionais de Moçambique, está o dia 3 de fevereiro: o *Dia dos Heróis Moçambicanos*, data criada em homenagem a Eduardo Mondlane (1920-1969), morto em 3 de fevereiro de 1969. No dia 7 de abril comemora-se o *Dia da Mulher Moçambicana*, data criada em homenagem à Josina Machel (1945-1971), esposa de Samora Machel, que faleceu em 7 de abril de 1971. No dia 25 de junho comemora-se o *Dia da Independência*, pois em 25 de junho de 1962 foi o dia da criação da Frelimo, e em 25 de junho de 1975 foi proclamada oficialmente a independência de Moçambique. No dia 7 de setembro comemora-se o *Dia da Vitória* (ou Dia dos Acordos de Lusaka), pois em 7 de setembro de 1974 foi o dia da assinatura dos Acordos de Lusaka. No dia 25 de setembro comemora-se o *Dia das Forças Armadas*, pois em 25 de setembro de 1964 é considerado o dia do início da luta armada contra o colonialismo português, e em 25 de setembro de 1974 foi o dia da posse do governo de transição. E no dia 4 de outubro comemora-se o *Dia da Paz*, pois em 4 de outubro de 1992 foi o dia da assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP). No dia 2 de fevereiro não é feriado nacional, mas comemora-se localmente o *Dia do Combate de Marracuene* (CAHEN, 1999; CORREIA, 2019; FEIJÓ, 2010).

⁵ Para maiores informações sobre os debates a respeito do início da luta armada de libertação em Moçambique, ver os estudos de M. Cahen (1999), de M. Correia (2019), entre outros. Sobre outros movimentos de libertação e outros partidos políticos em Moçambique (Coremo, PCN, Gumo, Fumo, Monamo, etc.), ver o próximo tópico deste artigo.

socialismo'. Contudo, este projecto nacionalista fracassou devido, por um lado, às hostilidades dos países vizinhos sob dominação branca (Rodésia do Sul e África do Sul), todos contra os ideais marxistas encarados pela elite no poder e, por outro lado, à situação económica e social de Moçambique então precária. (RECAMA, 2006, p. 53)

Os problemas da década de 1980 (catástrofes naturais, cheias e secas, e a guerrilha entre a RENAMO e FRELIMO) puseram em crise a economia nacional, fazendo com que o governo pós-independência tomasse novos rumos, a partir de 1980. Assim o novo governo começou a mostrar abertura para investimentos estrangeiros favorável ao Ocidente. (RECAMA, 2006, p. 167)

Não cabe endossar as interpretações presentes neste livro didático que, por sua vez, concordam com as narrativas oficiais da Frelimo. Simplesmente constata-se que há uma intenção de atribuir os fracassos da Frelimo e as crises económicas às causas externas e, conseqüentemente, desresponsabilizar os membros da Frelimo por quaisquer erros. Por exemplo, ignorou-se que, durante um longo período, a Frelimo permaneceu intransigente e se recusou em estabelecer qualquer negociação efetiva com a Renamo, ignorou-se que as políticas da Frelimo não levaram em consideração os interesses de grande parte das populações camponesas, entre outros fatores muito relevantes (DELLA ROCCA, 2012; DINERMAN, 2006; GEFFRAY, 1991).

Com relação à ideia de que a Renamo desempenhou um papel preponderante para o fracasso do projeto de desenvolvimento do país, o livro didático apresenta o seguinte relato:

Com a independência do Zimbabwe (1980), a RENAMO passou, a partir de 1983, a ter como base

de apoio a África do Sul. Ademais, as suas actividades militares foram-se expandindo grandemente para todas as províncias do país, salvo as áreas urbanas, facto que contribuiu bastante para a falência do projecto de desenvolvimento [da FRELIMO]. (RECAMA, 2006, p. 53)

Aqui novamente há uma ênfase na desestabilização externa e nas ações da Renamo como causas do fracasso do projeto nacionalista da Frelimo.

Com relação à ideia de que o fracasso do Acordo de Incomáti (ou Nkomati) foi fruto da continuidade do apoio da África do Sul à Renamo, o livro didático apresenta o seguinte relato:

Em 1984, o presidente moçambicano, Samora Moisés Machel, e o primeiro-ministro sul-africano, Pieter Botha, assinaram o Acordo de Nkomati com o objectivo de cooperação e boa vizinhança e não-agressão, e o não apoio aos movimentos insurrectos internos. Contudo, o acordo não surtiu os efeitos desejados, na medida em que África do Sul continuou a apoiar a RENAMO. (RECAMA, 2006, p. 167)

O Acordo de Incomáti foi assinado, em março de 1984, entre Samora Moisés Machel (1933-1986) e P.W. Botha (1916-2006) com a intenção de estabelecer o fim dos conflitos armados em Moçambique. O governo da Frelimo se comprometia a deixar de apoiar o movimento African National Congress (ANC) e o governo da África do Sul, por sua vez, se comprometia a deixar de apoiar a Renamo. No entanto, o fracasso do acordo não se deu necessariamente ou somente pela continuidade do apoio da África do Sul à Renamo, mas principalmente porque a Renamo já possuía ampla base de apoio entre as populações camponesas do centro e do norte de Moçambique e não dependia exclusivamente do apoio da África do Sul (DINERMAN, 2006; GEFFRAY, 1991; VINES, 2013).

Por fim, com relação à ideia de que a promulgação da Constituição de 1990 levou ao reconhecimento da legitimidade da Renamo e à assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), o livro didático apresenta o seguinte relato:

[...] o projecto de Constituição [de 1990] finalmente submetido à então Assembleia Popular pelo Comité Central da FRELIMO, incorporava o princípio da liberdade de organização e associação política dos cidadãos e permitia a criação de partidos políticos. Posta esta viragem política, através da promulgação de uma amnistia, a classe governante começou a incorporar os elementos da RENAMO no Estado moçambicano, facto que viria a culminar nas negociações e assinatura do Acordo de Paz, em Roma, a 4 de Outubro de 1992, sob a égide da Comunidade Santo Egídio e do governo italiano. (RECAMA, 2006, p. 54)

Destaca-se que o trecho acima faz parte do tópico intitulado “Da Constituição multipartidária de 1990 ao Acordo de Roma (1992)”. No entanto, as negociações de Roma iniciaram anteriormente, em julho de 1990, e a promulgação da Constituição, em novembro de 1990, foi considerada como uma tentativa da Frelimo para esvaziar as negociações e as reivindicações da Renamo (DELLA ROCCA, 2012).

Neste tópico foi possível apontar para as limitações de algumas narrativas oficiais e para as intenções da Frelimo em controlar as memórias históricas no sentido de privilegiar as interpretações unívocas dos fatos. Agora o texto abordará alguns aspectos das trajetórias de moçambicanos que desafiam as narrativas oficiais da Frelimo.

Trajelórias desafiadoras: moçambicanos críticos à Frelimo

A intenção neste tópicu é analisar alguns aspectos das trajetórias de moçambicanos considerados “traidores” ou demasiadamente críticos ao projeto da Frelimo, juntamente com alguns trechos de depoimentos. Entre estes moçambicanos críticos, estão: o reverendo Uria Timóteo Simango (1926-1977?), o padre Mateus Pinho Gwenjere (1933-1977?), o advogado Domingos António Mascarenhas Arouca (1928-2009), o bispo Jaime Pedro Gonçalves (1936-2016), o advogado Máximo Diogo José Dias (1937-2020), e o jornalista Carlos Cardoso (1951-2000).

Não será possível abordar diversos aspectos das trajetórias desses moçambicanos. Destaca-se algumas ideias a partir das trajetórias e dos depoimentos que se contrapõem às narrativas oficiais da Frelimo. Por exemplo: (i) as críticas à preponderância das lideranças do sul de Moçambique e o fato de que grande parte dos moçambicanos críticos não é proveniente do sul; (ii) a ideia de que a contestação ao colonialismo e a luta de libertação em Moçambique não se restringiu aos movimentos que deram origem à Frelimo; (iii) a ideia de que a oposição à Frelimo e a guerra civil não são simplesmente criações externas, mas também são fruto dos próprios erros da Frelimo; (iv) as críticas ao socialismo adotado pela Frelimo e à falta de liberdade; e (v) a ideia de que a Frelimo poderia ter adotado um caminho diferente.

Cabe mencionar que o reverendo Uria Simango e o padre Mateus Gwenjere, provenientes da região central de Moçambique, fizeram parte da Frelimo no período da luta armada de libertação. É conhecido o episódio em que estes dois líderes discursaram contra o colonialismo português, em 1967, na Assembleia Geral da ONU. Provavelmente no ano de 1970, eles romperam com a Frelimo por conta de divergências com os rumos do movimento. Uria Simango era ainda o vice-presidente da Frelimo, em novembro de 1969, quando escreveu e tornou público o texto intitulado “Gloomy situation in Frelimo” (SIMANGO, 1969). Neste texto ele criticou

a radicalização, criticou a preponderância das lideranças do sul de Moçambique, criticou a presença de portugueses e expôs os conflitos internos do movimento:

[...] We reached a certain time that only a few people met to take decisions and announced that the Central Committee [of Frelimo] had decided; unfortunately were all elements from one region, the South [Gaza province], frank discussions of problems also regular meetings of the Executive or Central Committee ceased to exist. (Uria Timóteo Simango, 03 nov. 1969)

Em 1973, Simango ingressou no Comitê Revolucionário de Moçambique (Coremo), um movimento, fundado em 1965, que já havia realizado algumas ações militares na província de Tete. Esta atitude pode ser interpretada como uma tentativa de Simango no sentido de aglutinar dissidentes da Frelimo. Em 1974, o Coremo e outros pequenos movimentos e partidos são dissolvidos para dar origem ao Partido da Coligação Nacional (PCN), liderado por Simango. No entanto, sob o regime de partido único da Frelimo, o PCN e outros partidos caem na clandestinidade, diversos líderes e membros continuaram a atuar fora do território moçambicano. O reverendo Uria Simango e o padre Mateus Gwenjere foram considerados “traidores”, foram capturados, enviados para os campos de reeducação e provavelmente assassinados, em 1977, por membros do governo da Frelimo (DARCH, 2019; NCOMO, 2003; PEIXOTO & MENESES, 2013).

Domingos Arouca esteve entre os primeiros intelectuais moçambicanos negros. Primeiramente Arouca formou-se como enfermeiro em Moçambique, e depois concluiu o liceu e cursou direito em Portugal. Em 1961, Arouca tornou-se conselheiro jurídico do Banco Nacional Ultramarino (BNU), mas veio a demitir-se da função por razões políticas. Passou a dedicar-se exclusivamente à advocacia em Moçambique e, em março de 1965, foi eleito presidente do Centro Associativo dos Negros de Moçambique. Em

maio de 1965, foi preso pela polícia política da ditadura portuguesa, a Pide, acusado de pertencer à Frelimo. Ele foi condenado e permaneceu preso por oito anos, entre 1965 e 1973, em Moçambique e em Portugal. Ele permaneceu vigiado pela Pide e impedido de atuar politicamente até o fim do período colonial. A partir de 1974, tornou público seu apoio à Frelimo. No entanto, Arouca recusou-se a integrar o governo de transição liderado pela Frelimo. Posteriormente, optou por fundar a Frente Unida Democrática de Moçambique (Fumo) e direcionar duras críticas à Frelimo. Arouca foi considerado pelo governo da Frelimo como uma pessoa “comprometida” com o colonialismo e, por conta disso, exilou-se em Portugal para escapar do destino dos “inimigos” da Frelimo (LOFORTE, 2010; PEIXOTO & MENESES, 2013; ZENHA, 1972). No depoimento abaixo, Arouca criticou o socialismo adotado pela Frelimo e a perseguição aos opositores:

[...] Já não é novidade para ninguém de que em quase todas as colónias portuguesas a independência começou com o pé torto [...]. De um modo geral, os que ficaram com as rédeas da governação haviam sido treinados para guerrilheiros dentro da ideologia política dos patrocinadores das guerras de independência e implantaram no terreno em doses iguais de ingenuidade, impreparação e entusiasmo as doutrinas políticas que lhes haviam sido transmitidas. Dificilmente, o resultado podia ter sido pior. (Domingos António Mascarenhas Arouca, 23 jun. 2000 citado por FEIJÓ, 2010, p. 140)

[...] E depois quando as coisas não começam a correr bem (e nunca poderiam correr nesses moldes [socialistas]) entra-se na punição descontrolada, na perseguição política, na masmorra, no fuzilamento. (Domingos António Mascarenhas Arouca, 23 jun. 2000, citado por FEIJÓ, 2010, p. 134)

Máximo Dias liderou, juntamente com Joana Simeão (1937-1977?), o Grupo Unido de Moçambique (Gumo), uma associação sediada na Beira que defendia a independência de Moçambique. Mas, ao mesmo tempo, o

Gumo era contra a opção socialista adotada pela Frelimo. Sob o regime de partido único da Frelimo e a impossibilidade de qualquer atividade política de oposição, Dias exilou-se em Portugal. Ele só retornou a Moçambique com a abertura ao multipartidarismo, em 1994, e fundou o partido Movimento Nacional de Moçambique (MONAMO) (DARCH, 2019; FEIJÓ, 2010; JARDIM, 1976; MATOLA, 2020; PEIXOTO & MENESES, 2013). No depoimento abaixo, Dias afirmou que os anseios nacionalistas por liberdade e por democracia foram transformados em ditadura partidária pela Frelimo:

[...] Infelizmente, a euforia dos primeiros meses de liberdade nacionalista e democrática foi-se dissipando, pouco a pouco, comprimida nos cânones de uma força política que se assenhoreou do país, transformando-o numa sua coutada. [...] O povo que se liberta do secular domínio estrangeiro, cedo, o júbilo independentista foi encarcerado pela ditadura partidária, sem liberdade de pensamento, de expressão e até de deslocação de um local para outro local dentro do próprio país. (Máximo Diogo José Dias, 23 jun. 2000 citado por FEIJÓ, 2010, p. 133)

Jaime Gonçalves foi um bispo católico que participou como negociador oficial do Acordo Geral de Paz (AGP) assinado entre a Renamo e a Frelimo, em 1992, em Roma. O bispo Gonçalves assumiu um papel “profético” ou crítico em relação à Frelimo, ele sempre criticou a ideia de que todos os católicos apoiaram o regime colonial português (CHAN & VENÂNCIO, 1998; DELLA ROCCA, 2012; FIOROTTI, 2022). No depoimento abaixo, o bispo Gonçalves defendeu a ideia de que a oposição à Frelimo não foi simplesmente uma criação externa, mas também foi fruto dos próprios erros da Frelimo:

[...] Foi a Frelimo quem agrediu o povo e depois foi agredida. O povo moçambicano foi agredido. Ela chegou e instituiu guias de marcha, lojas do povo, aldeias comunais, a operação produção que destruiu famílias, nacionalizaram igrejas e tornaram-nas armazéns, fuzilou pessoas com ideias contrárias, instituiu os centros de reeducação onde as pessoas entravam e nunca mais saíam. Foi a Frelimo, marxista, quem, primeiro, agrediu o povo. Havia uma reacção interna, agora, personificou-se esse grupo de descontentes [da Renamo] que tiveram apoio da Rodésia e de outros. (Jaime Pedro Gonçalves, 28 out. 2005 citado por FIOROTTI, 2022, p. 406)

O bispo Gonçalves criticou as nacionalizações feitas pela Frelimo, inclusive nacionalizações de bens da Igreja Católica, e a falta de liberdade para a prática religiosa:

[...] A revolução marxista da Frelimo encontrou princípios seus para nacionalizar bens da Igreja. A Frelimo fechou igrejas, capelas, transformou as missões em centros de educação que ficaram centros de ateus. [...] A Frelimo transformou as nossas igrejas em armazéns. A Frelimo fechou a Igreja de Macuti, fechou a Igreja de São Benedito, uma das maiores, fechou a Igreja do Dondo. Isto foi uma grande dificuldade para a Igreja [Católica] que acabava de receber bispos, em 1977. Esta situação provocada pela revolução marxista da Frelimo desmoralizou muitos padres, missionários e irmãs que trabalhavam nestas missões. Muitos partiram. [...] Veja-se que a Frelimo foi ao extremo de congelar as contas bancárias da Igreja! Não podíamos movimentar as nossas contas sem prestar esclarecimentos à Frelimo. E, nalguns casos, a Frelimo ficou com o dinheiro da Igreja. Chegaram a criar a Comissão de Liquidação que controlava as nossas contas. [...] Por acaso nem era muito dinheiro, mas havia a ilusão dos revolucionários de

que a Igreja era muito rica. Mesmo nós, como bispos, tivemos a falta de liberdade de movimentação. A revolução obrigou-nos a usar guias de marcha. Não podíamos trabalhar junto dos fiéis sem guias de marcha. Há pessoas que foram parar nas celas, porque não as tinham. [...] Foi uma grande asfixia na formação de servidores da Igreja. À juventude não era reconhecido o direito de praticar a religião. Tínhamos dificuldades de educar as crianças e, em contrapartida, doutrinavam o ateísmo junto às crianças nas escolas. (Jaime Pedro Gonçalves, 28 out. 2005 citado por FIOROTTI, 2022, p. 404)

Máximo Dias também criticou as nacionalizações da Frelimo que, segundo ele, ao invés de melhorar as condições de vida dos cidadãos moçambicanos, criaram novas injustiças e novas formas de exploração:

[...] Essa era uma ditadura do pensamento e até as nacionalizações foram feitas de uma forma a não manter o património para o Estado moçambicano, mas para tirar esse património aos colonizadores afugentados. Podíamos ter feito reformas, à medida que o moçambicano ia assumindo a capacidade de gerir fábricas e unidades de produção. Aí é que poderíamos tomar isso e impor aos colonos um tributo à nação pagando impostos extraordinários, um imposto para a Independência e havíamos de ter feito muita outra coisa e não aquilo que se fez de querer nacionalizar tudo, transformar o cidadão numa peça de uma máquina. (Máximo Diogo José Dias, 25 jun. 1999 citado por FEIJÓ, 2010, pp. 140-141)

Carlos Cardoso foi um jornalista investigativo, fundador e editor do jornal Metical. Em 1982, enquanto presidente da Agência de Informação de

Moçambique (AIM), foi detido por seis dias devido à publicação de um artigo sobre a libertação de dois reféns pela Renamo. Na altura, havia a proibição de qualquer menção à Renamo por parte do governo da Frelimo. Cardoso foi assassinado, em novembro de 2000, na época em que vinha publicando uma série de reportagens sobre crimes cometidos pela família do então presidente Joaquim Alberto Chissano (DARCH, 2019; FEIJÓ, 2010; MATIAS, 2020). No depoimento abaixo, Cardoso fez menção à investigação jornalística sobre o sistema educacional moçambicano que constatou práticas reiteradas de subornos para realização de matrículas, aprovação nos exames e obtenção de explicações suplementares:

[...] O roubo, a extorsão, o suborno fazem hoje parte da nossa vida de tal maneira, que constituem, talvez, um dos principais métodos de distribuição social do dinheiro [...]. Fazem parte do nosso sistema económico. (Carlos Cardoso, 19 nov. 1993 citado por FEIJÓ, 2010, p. 45)

Neste tópico foi possível apontar para alguns aspectos das trajetórias de moçambicanos críticos à Frelimo. Agora o texto vai para as considerações finais.

Palavras finais: complexidade da história recente de Moçambique

Buscou-se evidenciar alguns aspectos da complexidade da história recente de Moçambique. Para isso, tem sido importante apontar para as limitações das narrativas oficiais e para as intenções da Frelimo em controlar as memórias históricas no sentido de privilegiar determinadas interpretações unívocas dos fatos.

Não cabe dizer que as narrativas da Frelimo são mentirosas ou completamente desconectadas dos fatos, mas sim que elas são limitantes e que privilegiam apenas determinadas interpretações unívocas. No entanto, como foi enfatizado no artigo e por diversos pesquisadores, a história recente de Moçambique mostra-se mais complexa. Neste sentido, cabe adotar o trabalho contínuo de questionar, criticar e confrontar as narrativas oficiais a partir de outras perspectivas e de outras narrativas. Ampliando-se o número de narrativas, amplia-se também as possibilidades de compreensão dos fatos da história recente de Moçambique.

Como enfatizado neste artigo, para questionar as narrativas oficiais pode-se contar com o auxílio da literatura especializada e de algumas categorias analíticas, principalmente as pesquisas que exploram as potencialidades analíticas dos documentos e dos discursos oficiais. Por exemplo, é muito útil a noção de *esquecimento organizado* (PITCHER, 2006) para analisar as narrativas oficiais, para identificar as tentativas da Frelimo no sentido de diminuir a relevância de determinados fatos e para identificar possíveis contradições.

Enfatizou-se também as trajetórias e os relatos de indivíduos que não têm ligação com a Frelimo, que são considerados demasiadamente críticos, opositores ou dissidentes. A abordagem das trajetórias e biografias é muito importante para a compreensão de diversos aspectos da história recente de Moçambique e para a compreensão da complexidade do cenário político moçambicano. As trajetórias de pessoas consideradas opositoras ou traidoras do projeto da Frelimo e da unidade nacional desafiam a lógica binária das narrativas oficiais que apresentam a história política moçambicana dividida entre revolucionários e reacionários, modernistas e tradicionalistas, amigos e inimigos, vítimas e algozes.

A importância das trajetórias e das perspectivas dos indivíduos críticos pode ser constatada no fato de que elas apontam para as mesmas

hipóteses presentes também na literatura especializada. Por exemplo, há análises que apontam o papel da Frelimo no sentido de impossibilitar o desenvolvimento de qualquer oposição política (SCHAFER, 2007; VINES, 2013), e há análises que apontam a fragilidade do sistema de governação e os limites da democracia representativa em Moçambique (ALDEN, 2001; BUSSOTTI, 2014; MANNING, 2001).

As trajetórias desses e de outros moçambicanos demasiadamente críticos têm sido negligenciadas nas narrativas oficiais da Frelimo. É importante que elas sejam cada vez mais enfatizadas, analisadas e utilizadas no sentido de apontar os limites das narrativas oficiais. Ou seja, mesmo que as narrativas da Frelimo não sejam mentirosas ou completamente desconectadas dos fatos, elas precisam ser continuamente questionadas, criticadas e confrontadas com outras narrativas.

Silas Fiorotti é doutor em Antropologia Social (USP), professor do Centro Universitário FMU (São Paulo) e pesquisador do grupo Áfricas (UERJ-UFRJ). Desenvolveu pesquisa de doutorado sobre religião e política no Moçambique contemporâneo, publicou diversos artigos científicos, e é um dos organizadores do livro *Histórias e políticas em contextos africanos* (Autografia e Edições Áfricas, 2023).

FINANCIAMENTO: Não se aplica.

REFERÊNCIAS

- ALDEN, C. **Mozambique and the Construction of the New African State: From Negotiations to Nation Building**. London: Palgrave, 2001.
- BERTELSEN, B.E. **Violent Becomings: State Formation, Sociality, and Power in Mozambique**. New York: Berghahn, 2016.
- BORGES COELHO, J.P. “Política e história contemporânea em Moçambique”. **Revista de História**, 178(1): 19p., 2019.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 11.ed. Campinas: Papirus, 2011.
- BUSSOTTI, L. “A gestão do 'risco político' na democracia moçambicana: análise e perspectivas”. **Estudos de Sociologia**, 2(20): 13p., 2014.
- CABRITA, J.M. **Mozambique: The Tortuous Road to Democracy**. London: Palgrave, 2000.
- CAHEN, M. “The Mueda Case and Maconde Political Ethnicity: Some Notes on a Work in Progress”. **Africana Studia**, 2(1): 29-46, 1999.
- CAPELA, J. **Moçambique pela sua história**. Porto: CEA-UP, 2010.

CHAN, S.; VENÂNCIO, M. **War and Peace in Mozambique**. London: Macmillan, 1998.

CORREIA, M.M. “História e textualização: a historiografia da Frente do Niassa (Moçambique), 1964-1974”. **Revista de História**, 178(1): 33p., 2019.

DARCH, C. **A Success Story Gone Wrong? The Mozambican Conflict and the Peace Process in Historical Perspective**. Maputo: FES, 2018.

DARCH, C. **Historical dictionary of Mozambique**. New edition. Lanham: Rowman & Littlefield, 2019.

DELLA ROCCA, R.M. **A paz: como Moçambique saiu da guerra**. Maputo: Ciedima, 2012.

DIWARA, M. **Em busca da África**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

DINERMAN, A. **Revolution, Counter-Revolution and Revisionism in Postcolonial Africa: The Case of Mozambique, 1975-1994**. London: Routledge, 2006.

DINERMAN, A. “Moçambique depois do socialismo: a independência revisitada”. **Relações Internacionais**, 15(1): 101-124, 2007.

FEIJÓ, J. **Do passado colonial à independência: discursos do Semanário Savana nas celebrações das datas históricas de Moçambique (1998-2003)**. 2.ed. Maputo: Alcance, 2010.

FERREIRA, L.; LOWENKRON, L. (orgs.). Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: E-papers, 2020.

FIOROTTI, S. “Jaime Gonçalves: A Bishop’s Perspectives that Challenge Official Narratives in Mozambique”. **Journal of Religion in Africa**, 52(3-4): 395-420, 2022.

GEFFRAY, C. **A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique.** Porto: Afrontamento, 1991.

GULELE, J.J.; GULELE, J.J.; IMPUIA, L.; MACHAIEIE, T.I. **Ciências Sociais, 4ª classe: Moçambique, nossa terra.** Maputo: Texto, 2004.

HAMPÂTÉ BÂ, A. **Amkoullel, o menino fula.** 4.ed. São Paulo: Palas Athena, 2021.

HEDGES, D. (ed.). **História de Moçambique. Vol. 2: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961.** 2.ed. Maputo: LU, 1999.

IMPUIA, L. **Ciências Sociais, 6ª à 7ª classes: o nosso mundo.** Maputo: Texto, 2006.

ISAACMAN, A.F.; ISAACMAN, B.S. **Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982.** Boulder: Westview, 1983.

ISAACMAN, A.F.; ISAACMAN, B.S. **Mozambique’s Samora Machel: A Life Cut Short.** Athens: OUP, 2020.

ISMAEL, I.A.; BICÁ, F. Ciências Sociais, 6ª classe: tempos e espaços. Maputo: Plural, 2004.

JARDIM, J. Moçambique, terra queimada. Lisboa: Intervenção, 1976.

LOFORTE, L. Homenagem ao Dr. Domingos Arouca: Organizamos, por isso desmentimos. Savana, Maputo, 29 out. 2010.

LUBKEMANN, S.C. Culture in Chaos: An Anthropology of the Social Condition in War. Chicago: UCP, 2008.

MANNING, C. “Constructing Opposition in Mozambique: Renamo as Political Party”. Journal of Southern African Studies, 24(1): 161-189, 1998.

MANNING, C. Competition and Accommodation in Post-Conflict Democracy: The Case of Mozambique. Democratization, 8(2): 140-168, 2001.

MATIAS, L. Vinte anos após o assassinato do jornalista moçambicano Carlos Cardoso. DW África, Maputo, 22 nov. 2020.

MATOLA, M. O perfil do advogado que lutou por Moçambique: Máximo Dias. É Agora, Lisboa, 28 dez. 2020.

M'BOKOLO, E. África negra: história e civilizações. Tomo II (do séc. XIX aos nossos dias). Salvador: Edufba; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

NCOMO, B.L. Uria Simango: um homem, uma causa. Maputo: Novafrica, 2003.

NEWITT, M. **História de Moçambique**. Mem Martins: Europa-América, 1997.

PEIXOTO, C.; MENESES, M.P. “Domingos Arouca: um percurso de militância nacionalista em Moçambique”. **Topoi**, 14(26): 86-104, 2013.

PITCHER, M.A. **Transforming Mozambique: The Politics of Privatization, 1975-2000**. Cambridge: CUP, 2002.

PITCHER, M.A. “Forgetting from Above and Memory from Below: Strategies of Legitimation and Struggle in Post-socialist Mozambique”. **Africa**, 76(1): 88-112, 2006.

POLLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**, 2(3): 3-15, 1989.

RECAMA, D.C. **História de Moçambique, de África e universal: 10^a à 12^a classes**. Maputo: Plural, 2006.

SANTOS, G.A. **Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897)**. São Paulo: Alameda, 2010.

SCHAFER, J. **Soldiers at Peace: Veterans and Society After the Civil War in Mozambique**. New York: Palgrave, 2007.

SERRANO, C. “Viriato da Cruz, um intelectual angolano do séc. XX: a memória que se faz necessária”. **África**, n.esp.: 165-178, 2012.

SIMANGO, U.T. **Gloomy situation in Frelimo**. 03 nov. 1969.

TROUILLOT, M.-R. Silenciando o passado: poder e a produção da história. Curitiba: Huya, 2016.

VINES, A. “Renamo’s Rise and Decline: The Politics of Reintegration in Mozambique”. **International Peacekeeping**, 20(3): 375-393, 2013.

WEIMER, B. Representar palavras com acções? uma perspectiva crítica sobre paz sustentável e reconciliação em Moçambique. Dakar: FES, 2020.

WEST, H.G. Kupilikula: o poder e o invisível em Mueda, Moçambique. Lisboa: ICS-UL, 2009.

ZENHA, F.S. A prisão do doutor Domingos Arouca. Porto: Afrontamento, 1972.